

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM-Desmatamento
Data 08.12.78 Pg.: 06

Onde, quando e por que?

FSP 08.12.78

PEDRO CAFARDO

As declarações que se sucederam à divulgação de um estudo para a venda da madeira da floresta amazônica revelam um incrível desentrosamento entre as autoridades do governo federal.

Na verdade, cinco dias após a revelação da existência do estudo feito pela FAO e pelo IBDF, ninguém sabe com certeza se este teria ou não sido aprovado e em que escalões do governo. As declarações são totalmente desencontradas. Para o ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, "trata-se de um estudo isolado feito por um técnico da FAO, como muitos outros que o IBDF vem realizando: mas nem chegou a ser considerado". Para o presidente do IBDF, Paulo Berutti, "os contratos estarão regulamentados até o final deste governo, não devendo ser transferidos para o próximo".

O diretor do Departamento Econômico do IBDF, Paulo Lopes Vianna, apresenta informações mais detalhadas. Um projeto-piloto, elaborado em colaboração com a FAO, seria implantado na Reserva Nacional de Tapajós numa área de 165 mil hectares e, se aprovado, estendido para toda a Amazônia em doze áreas florestais. Segundo Paulo Lopes, o estudo técnico do projeto foi concluído pelo IBDF e está agora sendo examinado pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Fica claro, então, o secretário do Planejamento da Presidência da República, ministro Reis Veloso, deveria estar informado sobre o estudo. Mas não. Um dia após a publicação da notícia pela "Folha", Veloso disse simplesmente: "Vou mandar investigar para saber se ele existe a nível técnico no IBDF".

Ainda ontem, o superintendente da Sudam, Hugo de Almeida, foi mais além ao dar as áreas das 12 florestas potenciais, defender a iniciativa privada para este trabalho e confirmar que o plano visa, na verdade, a carrear divisas e melhorar a situação do balanço de pagamentos.

Não bastasse todo esse cruzamento de declarações, o presidente do IBDF volta à carga, na última quarta-feira, distribuindo nota oficial onde destitui de "qualquer fundamento" notícias de que o IBDF teria sugerido a venda de terras da Amazônia", afirmação que até então não tinha sido feita por ninguém.

O que estaria afinal acontecendo? Não seria hora de as autoridades ligadas ao problema se reunirem para falar no mesmo tom? Que o estudo existe, feito por IBGE-FAO, não há dúvida, pois um exemplar está em poder da "Folha". Ele será ou não aplicado? Onde? Como? Quando? Por que?

O que fazer, antes que as queimadas cheguem

FSP 08.12.78

Reis Veloso volta a desmentir contratos

FSP 08.12.78

RIO (Sucursal) — O ministro do Planejamento, Reis Veloso, classificou de infundadas as notícias dando conta de que o Governo estaria planejando assinar contratos de risco para o desmatamento da Amazônia. Acrescentou que ninguém está pensando em devastar a Amazônia, esclarecendo que "o próprio IBDF já desmentiu isso". (Na verdade, a nota divulgada pelo IBDF anteontem desmente o que nunca foi dito, isto é, que haveria "venda de terra" na região).

O ministro fez uma rápida conferência na Associação Comercial, durante "seminário sobre vocações econômicas do Estado do Rio. Disse que os gastos orçamentários para o ano que vem deverão ser da ordem de 34%, contra os 38% deste ano. Segundo Reis Veloso, a tônica continuará sendo o combate à inflação, "que está alta e terá que cair de qualquer jeito".

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O empresário Renato Sá Motta, que explora madeira nas regiões dos vales do Rio Pequitinhonha, Rio Doce, Rio São Mateus e no município maranhense de Imperatriz, defendeu ontem, em Belo Horizonte, a idéia de que é preferível que "se faça uma exploração madeireira racional na floresta amazônica, antes que toda ela seja queimada na tentativa de criar pastagens".

Renato Sá Motta, como os engenheiros florestais de Minas, defenderam o manejo racional da floresta amazônica com base em uma política de exploração e estudo técnico das viabilidades previamente determinados.

Ao falar do problema criado pela queimada indiscriminada de extensas áreas na região amazônica para se criar pastagens, Renato Sá Motta afirmou que, em algumas áreas, nem campim volta a crescer nos locais depois do fogo. Em sua opinião é necessário que se rediscuta a exploração pecuária na Amazônia.

Geraldo Moura, presidente da Associação Mineira de Empresas Florestais, defende o IBDF e afirma ter certeza de que "o órgão só fará qualquer tipo de exploração na floresta amazônica com base em estudos e através de técnicas de manejo. "É preciso que o problema seja tratado a nível técnico e não a nível emocional, como está nos jornais".

Luiz Lobo, engenheiro florestal e assessor do Instituto Estadual de Florestas, acha estranha a idéia de se querer pagar a dívida externa criando um sério problema, para cuja solução não haveria dinheiro suficiente.